



JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

§ 0.50

SUMÁRIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA :

DESPACHO 2025

PARLAMENTO NACIONAL :

Decisão nº 14/II/CA, de 15 de Outubro de 2010

Altera a quota de combustível a atribuir aos Deputados, fixada pela Decisão nº 4/II/CA, de 15 de Outubro de 2009 2025

GOVERNO :

DESPACHO N.º 02/SECM/2011 2026

TRIBUNAL DE RECURSO :

Despacho 2026

MINISTÉRIO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA :

Protokolu Koperasaun Inspesaun-Jerál Jogu Timor-Leste no Santa Kaza Mizerikórdia Lisboa 2026

COMISSÃO ANTI CORRUPÇÃO :

Kódigu Étika Funsionáriu N.º 01/D.Of/CAC/II/2011 loron 18 fulan-Fevereiro 2027

COMISSÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA :

Decisão nº 201/2011/CFP 2029

Decisão nº 202/2011/CFP 2029

Despacho nº 138/2011/PCFP 2030

Despacho nº 139/2011/PCFP 2030

DESPACHO

Para os devidos efeitos e a partir desta data, determino a alteração aos Termos de Referência do contrato de prestação de serviços do Assessor **ANTÓNIO JOAQUIM ZAMBUJINHO VELADAS**, que a partir desta data será:

-ASSESSOR PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

DR. José Ramos-Horta

Presidente da República Democrática de Timor-Leste

Decisão nº 14/II/CA, de 15 de Outubro de 2010

Altera a quota de combustível a atribuir aos Deputados, fixada pela Decisão nº 4/II/CA, de 15 de Outubro de 2009

A Resolução do Parlamento Nacional nº 20/2009, aprovada a 28 de Abril de 2009, que regulamenta a atribuição e o uso de veículos do Parlamento Nacional, determina, no nº 2 do artigo 1º, que as despesas com o combustível para as deslocações na cidade de Dili são custeadas pelo Parlamento Nacional.

Em face disso, o Conselho atribui, através da Decisão nº 4/II/CA, de 15 de Outubro de 2009, uma quota semanal de 30 litros para os Deputados.

Decorrido que foi um ano após a adopção dessa medida e face às solicitações feitas chegar ao Conselho de Administração pelos senhores Deputados para o aumento da quota mensal, com a invocação de que os 30 litros são insuficientes para as necessidades semanais de deslocação dos Deputados, o Conselho da Administração, tendo ponderado devidamente sobre o assunto, decide o seguinte:

- 1 - Aumentar a quota semanal de combustível atribuída aos Deputados de 30 para 40 litros, com início a partir da publicação no Jornal da República da Lei do Orçamento Geral do Estado de 2011.
- 2 - O Secretário-Geral encarrega-se de fazer cumprir na íntegra esta decisão pelos serviços do Secretariado-Geral.

Publique-se no Jornal da República.

A presente deliberação foi tomada com o voto unânime dos membros do Conselho, na 3ª reunião extraordinária, realizada em 15 de Outubro de 2010.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Fernando La Sama de Araújo

O Secretário-Geral do Parlamento Nacional e Secretário do Conselho de Administração,

João Rui Amaral

DESPACHO N.º 02/SECM/2011

A Lei Orgânica do IV Governo Constitucional, na redacção final que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 15/2010, de 20 de Outubro, atribui, na alínea m) do n.º 2 do artigo 12.º, competências ao Secretário de Estado do Conselho de Ministros para propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários na área da comunicação social em geral, bem como exercer a tutela sobre os órgãos de comunicação social do Estado.

Assim sendo, o Secretário de Estado do Conselho de Ministros, enquanto membro de Governo da tutela, nomeou, com base na competência prescrita pelo n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 42/2008, de 26 de Novembro, que aprova os Estatutos da Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL) enquanto Empresa Pública, quatro vogais do Conselho de Administração, José Luís de Oliveira, António M. C. M. Mali, Dulce de Jesus Soares e Farida Sagan, bem como o Presidente Interino Expedito Ximenes enquanto não houver nomeação pelo Conselho de Ministros, a par da confirmação do vogal representante dos trabalhadores Paulino Quintas, por meio do Despacho n.º 007/09/SECM, de 30 de Outubro.

O membro de Governo da tutela tem igualmente competência para demitir qualquer vogal por si nomeado, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 14.º dos Estatutos da RTTL, em caso de falta grave comprovadamente cometida no exercício das suas funções sem justa causa, nomeadamente após três ausências consecutivas das reuniões em que devam participar.

O vogal António M. C. M. Mali não comparece há três meses nas reuniões do Conselho de Administração, sem justa causa.

Assim, de acordo com as competências prescritas pelo n.º 3 do artigo 8.º e pela alínea d) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 42/2008, de 26 de Novembro, o Secretário de Estado do Conselho de Ministros decide:

Exonerar António M. C. M. Mali do exercício de funções enquanto Vogal do Conselho de Administração da RTTL.

Dili, 7 de Fevereiro de 2011

O Secretário de Estado do Conselho de Ministros,

Agio Pereira

Despacho

Por despacho do Presidente do Tribunal de Recurso de 1 de Fevereiro de 2011 o oficial de justiça Agapito Soares Santos foi autorizado a exercer funções de seu Chefe de Gabinete do

Sr. Vice-Ministro de Justiça, em comissão de serviço, com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2011.

Díli, 2 de Fevereiro de 2011

José Manuel Simões

Chefe do Departamento Administrativos.

**PROTOKOLU KOPERASAUN INSPESAUN-JERÁL JOGU
TIMOR-LESTE NOS SANTA KAZA MIZERIKÓRDIA
LISBOA**

INSPESAUN-JERÁL JOGU TIMOR-LESTE, serbisu ho autonomia téknika no administrativa, iha Ministro, Turismo, Comércio no Indústria nia tutela no supervizao, representadu iha serimónia ne'e ho Exm.º Inspektor - Jerál Jogu, Miguel dos Santos Lobato.

no

SANTA KAZA MIZERIKÓRDIA LISBOA, instituisaun kolektivo privadu no utilidade pública adminitrativa, representadu iha seremónia ne'e ho Exm.º Provedor, Rui António Ferreira da Cunha.

Tau ba neon katak Santa Kaza Mizerikórdia Lisboa, husi nia Departemento Jogu, no Inspesaun-Jerál jogos Timor Leste Instituisaun rua né'ebé iha objetivu komún atu halao serbisu iha sira nia rain hodi hametin esplorasau no responsabilidade jogu sosiál Estadu nia atu manan osan ba kauzas diak;

Tau ba neon ligasaun antiga istória no kultura, ligasaun diak malu, amizade no solidariedade entre Portugal no Repúblika Demokrátika Timor-Leste, Nasaun joven liu iha Munu;

Tau ba neon katak institusaun rua neé iha interese hatu hametin uniaun esforsu entre organismu oin-oin responsavel ba esplorasau jogu sosiál sira iha CPLP;

Tau ba neon katak esplorasau jogu sosiál iha Repúblika Demokrátika Timor-Leste sei dezenvolve ho efikásia boot, se iha apoio iha área formasaun no assistensia téknika diak segundo nessesidades Timor-Leste nia;

Tau ba neon katak kontribuisaun husi Inspesaun-Jerál Jogos Timor-Leste ba dezenvolvimentu politikas koperasaun no jogu respnsável halao husi Santa Kaza Mizerikórdia Lisboa, husi nia Departamentu Jogos iha inportansia boot duni ba estabelese relasaun bilateral makas;

Tau ba neon katak evolusaun iha merkadu mundiál exiji liu tan efisiensia no resposta adequada iha áreas téknika, teknológika, komersiál no marketing no mós regulamentu juridiku no legislativu sira;

Tau ba neon katak diak no adekudo liu ita estabelese parceria

entre Santa Kaza Mizerkordia Lisboa no Inspesaun-Geral Jogus Timor-Leste nia, bele permite Instituisaun rua ne'e la'o sorin ba sorin buka no fahe nafatin ba malu koñesimentu

Ita atu asina Protokolu Koperasaun ne'e

**Kláuzula Dahuluk
(Ambito)**

Protokolu ne'e nia objetivu mak regula relasaun parseria no koperasaun entre INSPESAUN-JERÁL JOGUS TIMOR-LESTE (IGT) NO SANTA KAZA MIZERIKÓRDIA LISBOA iha domínio Jogus Sosiais Estadu, atu Instituisaun rua ne'e halao koperasaun eh bele fahe informasaun no experiénsia kona-ba explorasaun konkretu Jogus Sosiais iha sira nia Territóriu. Protokolu ne'e atu reforsa mós prezensa husi Instituisaun rua ne'e iha organismus internasionál sira atu representa sira nia rain, atu promove partisipasaun ativa iha inisiativas iha área formasaun hanesan Marketing, Komersiál, Juridiko, Jogo Responsável no Teknologiku no hametin lasus koperasaun ho Instituisaun seluk hatu hetan no fortalese koñesimentu kona ba gestaun no instituisaun sira nia funsionamentu diak.

**Kláuzula Daruak
(Operasionalizasaun)**

Sei koperasaun maka'as liu iha domínio Formasaun kuadrus no téknikus no sei halao koperasaun ne'e iha Timor-Leste ka iha Portugal, konforme desizaun diak liu. Koperasaun mono hotu iha áreas téknikas no funsionais oin oin atu hamahan interese komún, ho objetivu atu harii bazes ba koperasaun integrada iha nível hotu-hotu, ho Países CPLP.

**Kláuzula Datoluk
(Gestaun Protokolo Nian)**

Inspesaun Jerál Jogus Timor-Leste (IJJT) no SCML sei hanaran, iha loron tolunulu nia laran, hahu hosi asinatura protokolu ne'e, representante ida husi Instituisaun ida-idak, ne'ebé sei hanaran "Jestór Protokolu" atu implementa hamutuk kumprimentu buat ne'ebé iha akordu ne'e. Gestór ida-idak sei responsável ba ezekusaun knaar akordu ne'e.

**Kláuzula Dahat
(Revizaun Protokolu)**

IGJ Timor-Leste no SCML bele halo proposta ba revisaun Protokolu ne'e maibé tenke notifika ho surat parte seluk nanis fulan tolu minimu. Karik instituisaun rua ne'e hakarak sira bele hamenus prazu fulan tolu ne'e.

**Kláuzula Dalima
(Durasau)**

Protokolu ne'e dura tinan rua no renovasaun automatika karik la iha denunsia husi Instituisaun sira. Denunsia ruma tenke halo ho surat nanin fulan neen minimu

**Kláuzula Daneen
(Virgor)**

Protokolu ne'e vale hahu hosi data nia asinatura.

**Kláuzula Daitu
(Versaun oficial)**

Anexu ho Protokolu ne'e, iha dokumentu ida iha lian Tétum, mae bé dokumento iha lian Portugues hela versaun oficial entre Instituisaun rua ne'e eh halo fé ba sasan hotu hotu

Inspeksaun-Jeral Jogus Timor-Leste
Inspektor-Jeral Jogus


Miguel dos Santos Babato
(14/05/10)

Santa Kaza Mizerikórdia Lisboa
O Provedor


Rui António Ferreira da Cunha
(14/05/10)

**Kódigu Étika Funsionáriu
Nº. 01/D.Of/CAC/II/2011**

loron 18 fulan-Feveiruru

I. INTRODUSAUN

Comissão Anti-Corrupção ne'ebé habadak hanaran CAC, tuir artigu 3 Lei CAC nian, nia natureza hanesan ema kolektiva ida ne'ebé iha direitu públiku, hakna'ar ho personalidade jurídika, ho independénsia téknika no autonomia administrativa no finanseira.

CAC simu kbiit nu'udar órgaun polísia kriminal espesializada ne'ebé independente, iha nia intervensaun tuir deit kritériu legalidade no objetividade ne'ebé lei haruka.

Hodi halao misaun ne'e, tuir artigu 13 Lei CAC nian, CAC hetan apoiu tékniku husi investigador ne'ebé sei regula ho estatutu ketak no pesoál apoiu sira ne'ebé rekruta no servisu tuir regime Funsau Públika nian.

Kódigu Étika Funsionáriu CAC nian, tuir mai hanaran Kódigu deit, hanesan regra interna ne'ebé funsionáriu hotu iha CAC tenke halo tuir durante halo servisu no iha moris loro-loron wainhira kaer hela kna'ar iha CAC.

II. OBJETIVU

Kódigu ne'e nia objetivu atu:

1. Hatudu no promove dignidade, respeito, imajen no kredibilidade CAC nian.
2. Prevene hahalok no lia-fuan inkonveniente ne'ebé afeta CAC nia funsaun no misaun.
3. Kria ambiente respeita malu, fraternidade, repeita sasan iha servisu fatin no durante halao servisu.
4. Haburas no hametin lisan kombate no prevene korrupsaun ho nia forma oioin iha funsionáriu CAC tomak.

III. VALÓRFUNDAMENTÁLSIRA

Comissão Anti-Corrupção hanesan instituisaun estadu nian ne'ebé sai nudar fatin ida ba promove valór lobuk ida ne'ebé estadu opta iha Konstituisaun RDTL no konvensaun universal hirak ne'ebé Estadu Timor-Leste ratifika. Ne'e duni Comissão Anti-Corrupção dedika-an atu halao no promove valór no prinsípiu hirak tuir mai nudar mata-dalan ba ema hotu-hotu ne'ebé servisu iha instituisaun ne'e.

1. Integridade

Integridade katak harmonizasaun valór morál lobuk ida ne'ebé lori ema ba trata nia-an rasik no komporta iha ema seluk ka instituisaun ida nia oin.

2. Governasaun diak

Hahalok ukun ne'ebé envolve ema nia kapasidade lidera, jere ho qualidade administrativu no interasaun diak ho ema seluk durante halao servisu.

3. Ema barak nia diak (Bom comum)

Kapasidade atu haree no halao funsaun lorloron iha kontextu produz rezultadu diak ba ema barak nia diak agora no aban-bain-rua.

4. Justisa

Kapasidade no integridade atu respeita ema seluk nia direitu iha aspektu oioin iha servisu lorloron.

5. Profisionálismu

Kapasidade no integridade interpersonal, étika no profisionál atu halao funsaun no responsabilidade servisu tuir knaar ne'ebé iha ho efisiénsia no efikaz.

6. Seguransa

Ambiente, estadu pesoál no instituisaun ne'ebé fasilita no apoia funcionamentu servisu ho diak no hakmatek.

IV. PRINSÍPIU FUNDAMENTÁLSIRA

1. Efisiénsia no efikaz

Uza rekursu ne'ebé iha ho responsabilidade hodi produz rezultadu ne'ebé diak no fó benefísiu ba ema seluk.

2. Legalidade

Respeita no halo tuir prinsípiu legál sira no reguladora ne'ebé vigora iha CAC no iha Timor-Leste ein-jerál.

3. Transparénsia

Nakloke ba hetan avaliaun no prontu atu halo avaliaun ba servisu no rezultadu servisu.

4. Responsabilidade

Kapasidade interpersonal no profisionál atu responde eziyénsia servisu.

5. Pontualidade

Kapasidade atu kumpri óras servisu no produz rezultadu servisu tuir tempu ne'ebé marka ona.

6. Lealdade

Hakruk ba hierarkia Comissão Anti-Corrupção nian tuir lei.

7. Imparsialidade no Igualdade

Hatudu komportamentu servisu ne'ebé nakloke no besik ba funcionáriu hotu-hotu no ema ne'ebé presiza ita nia asisténsia.

8. Segredu no Konfidensialidade

Rai segredu no konfidensialidade servisu, informasaun, dokumentu ka evidénsia sira CAC nian ka relaciona ho CAC nia servisu.

9. Onestidade

Hatudu lia-fuan no hahalok lolo'os.

10. Solidariedade

Hatudu hahalok solidariedade ba malu wainhira halo servisu mesmu iha situaun susar nia laran.

11. Alerta

Matan moris, neon moris.

V. OBRIGASAUN SIRA

1. Hakruk ba Konstituisaun RDTL no lei seluk ne'ebé vigora iha Timor-Leste.

2. Kumpri prinsípiu sira ne'ebé hakerek iha Estatutu Funsau Públika no Kódigu Étika Funsau Públika nian.

3. Hadok-an husi hahalok korrupsaun no prontu atu halao polítika no estratéjia CAC ba kombate korrupsaun.

4. Rai segredu no konfidensialidade servisu CAC nian hanesan dados, informasaun ka dokumentu sira ne'ebé la nakloke ba públiku.

5. Utiliza sasan servisu nian tuir kna'ar servisu no ho responsabilidade.

6. Hatudu hahalok no lia-fuan respeito no delikadu ba belun servisu sira no ema seluk.

7. Hado'ok-an husi kondisaun ne'ebé bele kria konflitu ka problema.

8. Respeita servisu-maluk sira nia kna'ar servisu no sira nia fatin servisu.

9. Simu bainaka iha servisu fatin tuir regras internal ne'ebé vigora.

10. Respeita konteúdu dokumentu, informasaun ka dados ne'ebé CAC produz no utiliza tuir funsaun no objetivu servisu CAC nian.

11. Halo tuir Kódigo Étika ida ne'e.

VI. PROIBISAUN

1. Labele simu gratifikasaun ne'ebé relaciona ho kna'ar servisu.

2. Labele hasai informasaun ka deklarasaun kona-ba servisu CAC nian ba públiku la ho autorizasaun husi Komisáriu.

3. Labele asesu ba ema seluk nia file wainhira liga ba internet.

4. Labele lori interese partikular sira tama iha servisu no labele halao servisu ba interese individu, grupu ka partikular no halo diskriminasaun ba ema durante servisu.
5. Wainhira sei servisu hela iha CAC, labele halo kontratu servisu ho manan osan husi fatin seluk.
6. Labele uza, fan, fahe ka fasilita utilizausaun sasaun ka atividade ne'ebé lei bandu iha Timor-Leste.
7. Labele halo produktu ka atividade komersiál ho naran ka label CAC nian.

VII. APLIKASAUN, PROSESU DISIPLINAR NO SUPERVIZAUN

1. Aplikasaun

- a. Kódigu Étika ne'e aplika ba funsionáriu hotu iha CAC ne'ebé halo servisu ho natureza permanente, temporáriu, kontratadu ka forma seluk ne'ebé CAC define.
- b. "Funsionáriu sira CAC nian", inklui investigador no pesoál sira ne'ebé fo apoiu operacional, administrativu no tékniku, nasionál ka internasionál, ne'ebé halao servisu iha CAC, maske investigador sira sei iha estatutu rasik atu regula kona-ba sira nia servisu.

2. Prosesu Disciplinar

Funsionáriu ne'ebé la kumpri ka halo violasaun hasoru Kódigu Étika ne'e sei hetan sansaun disciplinar tuir dispaxu internu CAC nian no mós Lei Funsiaun Públika ba sira ne'ebé sai ona Funsionáriu Públiku Permanente. Prosesu disciplinar sei foti tuir mekanismu tuir mai ne'e:

- a. Bolu atensaun ho lia-fuan;
- b. Bolu atensaun ho eskrita;
- c. Foti medidas tuir natureza funsionáriu ida-idak.

3. Supervizaun

Poder supervizaun máxima ba aplikasaun Kódigu Étika ida ne'e iha Komisáriu nia liman. Komisáriu Adjuntu sira, Sekretáriu Ezekutivu, Direktor/a no Xefe Sub-Diresaun sira iha mós responsabilidade atu tau matan ba halao Kódigu Étika ne'e hamutuk ho funsionáriu sira.

4. Disposizaun final

Kódigu Étika ne'e hahu vigora iha loron nia aprovasaun no vigora nafatin to'o loron hetan fila fali revizaun no aprovasaun.

Hetan aprovasaun iha loron 8 fulan-Fevereiru 2011.

Komisáriu

Adérito de Jesus Soares

Decisão nº 201/2011/CFP

Considerando que nos termos da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos, nomeações e promoções no sector público;

Considerando o relatório apresentado pelo painel de júri encarregado de realizar o processo de recrutamento para técnico superior do grau A da Comissão Anti-Corrupção;

Considerando a recomendação do Comissário Anti-Corrupção;

Assim a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas na letra "a" do número 2, do artigo 5º, da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

1. Homologar a acta de classificação final do processo de recrutamento para técnico superior do grau A da Comissão Anti-Corrupção que indicou **JOÃO BOSCO SOARES** como candidato aprovado.
2. Publicar a acta final de classificação, com as médias obtidas pelos candidatos examinados.

Díli, 03 de Fevereiro de 2011.

Libório Pereira

Presidente da Comissão da Função Pública

Decisão nº 202/2011/CFP

Considerando que compete à Comissão da Função Pública realizar os recrutamentos na Função Pública;

Considerando o resultado do concurso de recrutamento para o grau A na Comissão Anti-Corrupção, do qual resultou aprovado o candidato abaixo nomeado;

Considerando que o referido concurso também serviu de processo de selecção por mérito para o preenchimento de cargo de direcção;

Considerando a delegação contida na Decisão Nº 126/2010, tomada na 16ª Reunião extraordinária, de 11 de Outubro

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas nos artigos 5º e 6º da Lei nº 7/2009, de 15 de Julho, decide:

Nomear o Técnico Superior do Grau A **JOÃO BOSCO SOARES**, para em comissão de serviço e pelo prazo de dois anos exercer o cargo de Director Nacional de Prevenção da Comissão Anti-Corrupção.

Díli, 03 de Fevereiro de 2011.

Libório Pereira

Presidente da Comissão da Função Pública

Despacho n° 138/2011/PCFP

período de dois anos a **GILDA MARIA G. SIMÕES**, do Ministério da Saúde.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6° da Lei número 7/2009, de 15 de Julho.

Publique-se.

Dili, 7 de Fevereiro de 2011.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir a respeito das licenças sem vencimento, nos termos da decisão nr. 19/2009, de 22 de Outubro.

Libório Pereira

Presidente da CFP

Considerando a informação da Directora-Geral dos Serviços Corporativos do Ministério das Finanças, pelo Ofício n° 93/DGSC/MF/2011.

Considerando o que dispõe o número 4 e 5 do Artigo 54° da Lei n° 8/2004, de 16 de Junho (Estatuto da Função Pública).

Assim o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15 da Lei n° 7/2009, de 15 de Julho, decide:

REINTEGRAR o Técnico Profissional do Grau C **JACINTO ALVES BRITO** aos quadros da Função Pública, por término de licença para fins de estudos e determinar o retorno ao Ministério das Finanças.

Publique-se.

Dili, 07 de Fevereiro de 2011.

Libório Pereira

Presidente da CFP

Despacho n° 139/2011/PCFP

Considerando que compete à Comissão da Função Pública conceder licença com vencimentos para fins de estudos, nos termos da decisão N° 19/2009, de 22 de Outubro.

Considerando a concordância do Ministério da Saúde, manifestada no ofício N° MS-DNRH/II/2011/62, de 1 de Fevereiro.

Considerando o que dispõe o artigo 53°, inciso I, "f", do Estatuto da Função Pública;

Considerando que o objecto do evento de capacitação guarda relação com a função desempenhada pelo funcionário.

Assim o Presidente da Comissão da Função Pública, no uso das competências próprias previstas no artigo 15 da Lei n° 7/2009, de 15 de Julho, e atendendo o disposto no artigo 7° da mesma Lei, decide:

Conceder licença com vencimento para fins de estudo, pelo